

ROBERTO MACEDO

Economia - Brasil

O ano que vem



**Fala-se que
há muito
consenso,
mas ele quase
só existe no
atacado**

Na economia, 1995 vai nascer com esperanças, mas é bom que não se perca em ilusões. De fato, teremos uma oportunidade única de levantar o País do grande tropeço e da queda da década dos 80 — a tal década perdida —, tão fortes que o deixaram ainda prostrado no primeiro quinquênio da década atual.

Este último ao menos foi um quinquênio em que se promoveram ajustes importantes, ao contrário do anterior

(1985-1989), que coincidiu com o governo Sarney e no qual, atolado na estagnação do PIB per capita, o País quase chegou ao caos da hiperinflação. Recorde-se que aquele governo terminou seu último ano, 1989, com taxas recordes de inflação (cerca de 80% ao mês) e um déficit público operacional em torno de 7% do PIB, algo próximo de US\$ 30 bilhões, boa parte financiada com emissão monetária.

Historicamente, isso significou o ápice da irresponsabilidade fiscal e, sobretudo, monetária na gestão das finanças públicas brasileiras, coisa que em países civilizados seria inconcebível e poderia até levar ao impeachment um governo que se engajasse nela. Aqui houve o impeachment por problemas menores, mas também graves, o que foi muito sadio.

O diabo é que o mesmo processo nunca se aplicou à irresponsabilidade maior, por atacado, que levou o País à estagnação com superinflação, prejudicando o presente e o futuro de milhões de brasileiros.

De qualquer forma, em face do que foi feito na sequência Collor-Itamar, vamos terminar 1994 com uma inflação próxima de 2% ao mês e um déficit público operacional praticamente zerado. Esses resultados não devem ser tomados como de continuidade

assegurada para o futuro. Já argumentei aqui que o Plano Real enfrenta problemas tanto nas áreas fiscal e monetária como nas suas "âncoras" e na ameaça de retomada da corrida entre preços e salários. Além disso, mesmo que esses problemas sejam corrigidos no horizonte imediato, será necessário consolidar essa situação mediante reformas estruturais, inclusive de caráter constitucional.

Inegavelmente, entretanto, estamos numa situação incomparavelmente muito menos complicada que a legada pelo governo Sarney. Além da menor taxa de inflação e dos avanços conseguidos na gestão das finanças públicas federais, temos um elevado nível de reservas externas, a dívida externa já renegociada, avançou-se na liberalização da economia,

as empresas privadas aprimoraram sua produtividade e a qualidade de seus bens e serviços, não há um congelamento por desfazer, já aprendemos muito com os erros dos planos anteriores, os defensores do nacionalismo exacerbado, do corporativismo e da estatização estão acucados, e por aí afora. Temos também agora um presidente eleito em primeiro turno, com força política e capacidade de liderar o País e escolher os caminhos capazes de levá-lo à estabilização da economia, à retomada do crescimento e ao desenvolvimento político e social.

Há, assim, uma rara constelação de circunstâncias favoráveis para que o governo que se inaugura com o próximo ano seja bem-sucedido em arrancar o País do atoleiro em que nos metemos há duas décadas. Recorde-se que os primeiros passos que nos conduziram a essa lamentável direção remontam a 1974, quando se definiu a equivocada estratégia com que o País veio a enfrentar a "crise do petróleo" desencadeada em 1973.

Obviamente, todas essas circunstâncias favoráveis por si mesmas não asseguram o sucesso. Será necessário um enorme trabalho de identificar a solução para os problemas, de suportar as resistências, de aplicar as soluções e tudo o mais. Fala-se que há muito consenso, mas ele quase só existe no atacado. Assim, por exemplo, todo o mundo ressalta a importância de um ajuste fiscal em caráter definitivo. Mas divergências e resistências enormes vão surgir quando

se passar à discussão dos detalhes desse ajuste, penetrando-se a fundo em questões pertinentes à reforma tributária, ao reexame dos gastos públicos, à reforma administrativa e ao avanço dos programas de desestatização, entre outras que dizem respeito àquilo que se entende como ajuste fiscal. Para dar exemplos desses detalhes, haverá que enfrentar problemas como a necessidade de desoneração fiscal dos produtos exportados, com a qual muitos Estados não concordam, a instituição de limites de idade para a aposentadoria, o reexame da estabilidade dos servidores públicos e dos seus esquemas privilegiados de aposentadorias e pensões e a extensão dos programas de desestatização às áreas de telecomunicações e petróleo. Todos esses temas são controversos e há fortes resistências às mudanças.

A capacidade que o governo mostrar, nos seus meses iniciais, de enfrentar e solucionar questões desse tipo será fundamental para assegurar a continuidade do seu sucesso. É por isso que o ano que vem é crucial para que não tenhamos uma segunda década perdida. Com razão, portanto, ele deve ser saudado com esperança, mas esta poderá se frustrar se não houver disposição para as mudanças e muito trabalho e perseverança, do governo e de todos nós.

■ Roberto Macedo é professor da FEA-USP e da Universidade Mackenzie e pesquisador da Fipe e do Instituto Fernand Braudel, ligado à Faap